

**11/12 anos: o caso da Madeira.** Org. Paula Pequito e Ana Pinheiro. *CIANEI: 2.º Congresso Internacional de Aprendizagem na Educação de Infância*. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, 15/17-11-2007. Porto: Gailivro, 113-123. ISBN 978-989-557-489-6.

# Educação básica dos 2/3 aos 11/12 anos: o caso da Madeira

---

**Carlos Meireles-Coelho**

**Ana Bela Ferreira**

**Maria de Fátima Neves**

Universidade de Aveiro

ESE de Coimbra

---

O movimento mundial para que a educação básica de todas as crianças dos 2/3 aos 11/12 anos seja uma realidade tem vindo a crescer – começou no Conselho da Europa e passou à Unesco – e aponta para uma integração da educação pré-escolar e do ensino primário. Será de estender a escolaridade obrigatória aos 5, 4 ou mesmo 3 anos de idade? Ou bastará criar condições logísticas para a frequência da educação pré-escolar de qualidade nessas idades? Na Região Autónoma da Madeira a integração da educação pré-escolar e do ensino primário a tempo inteiro é já uma realidade e está a construir-se uma educação básica de qualidade a tempo inteiro para todas crianças dos 2/3 aos 11/12 anos.

## Introdução

O programa do PS Europeu [A nova Europa social](#), redigido por Poul Nyrup Rasmussen e Jacques Delors, defende que: «Para conceber políticas sociais duradouras para uma Europa envelhecida, é preciso privilegiar as crianças. A nossa primeira prioridade consiste assim em oferecer infraestruturas de acolhimento da pequena infância e uma aprendizagem pré-escolar que responda a critérios de qualidade elevados, como qualquer outro serviço público elementar, como os serviços de saúde e de educação» ([Rasmussen, 2007](#): 113). E acrescenta: «é preciso aumentar a velocidade para que em toda a Europa as estruturas universais de acolhimento da pequena infância se tornem um serviço público como a saúde e a educação» ([Rasmussen, 2007](#): 115). Não se define aí o que se entende por «pequena infância», mas a candidata apoiada pelo PS à presidência da República Francesa defendeu para a França em 2007 ("[Pacte Présidentiel](#)", 23: Mettre en place un service public de la petite enfance et la scolarisation obligatoire dès 3 ans. Assurer la maîtrise de la langue parlée à la maternelle.) a escolaridade obrigatória a partir dos 3 anos de idade. Num país, como a França, onde a frequência da educação pré-primária é de 100% ao nível dos 3, 4 e 5 anos de idade, estender a escolaridade obrigatória a

partir dos 3 anos quer dizer que se pretende desenvolver uma educação básica totalmente integrada dos 3/4 anos aos 11/12 anos, desenvolvendo bem a linguagem oral da língua em que se vai aprender a ler e a escrever e procurando reforçar a continuidade entre os ambientes e os métodos educativos dos 4 aos 8 anos de idade. Neste caso o alargamento da escolaridade obrigatória não significa aumentar quantitativamente a frequência de crianças, mas a criação de condições para uma educação básica de qualidade elevada para todos.

Em Portugal, onde a frequência na educação pré-escolar está abaixo da média europeia, os gastos na educação básica das crianças a partir dos 2/3 anos ainda são vistos como despesas a evitar nas contas públicas. Em países onde isto acontece, instituir a escolaridade obrigatória a partir dos 3/4 anos será o único meio de obrigar o Estado a considerar prioritário o investimento neste nível educativo. Na Região Autónoma da Madeira, em cada povoação há um centro de saúde, um polidesportivo e uma escola básica com salas para crianças de 3, 4 e 5 anos, a tempo inteiro, com educadores e professores profissionais, um de manhã e outro de tarde, com almoço e dois lanches gratuitos para todas as crianças. Apesar de, segundo as leis da República Portuguesa, a escolaridade, na R. A. Madeira, ser obrigatória apenas a partir dos 6 anos de idade e apenas durante 5 horas por dia.

## **1- Situação portuguesa da educação de crianças dos 0 aos 12 anos**

No debate nacional sobre educação organizado pelo CNE ([Conferência Internacional](#) em 04.12.06 e Workshop Nacional em 11.12.06) no tema “a educação das crianças dos 0 aos 12 anos – a estrutura e organização da educação de infância e básica”, foram identificados os seguintes problemas fundamentais: «– 1) exiguidade de apoios educativos na faixa etária dos 0-3 anos; – 2) desarticulação entre pré-escolar e 1.º CEB; – 3) tensão entre monodocência e monodocência coadjuvada no 1.º CEB; – 4) desarticulação entre o 1.º e o 2.º CEB; - 5) falta de identidade do 2.º CEB;», acrescentando ainda a falta de flexibilidade do sistema, que inviabiliza soluções contextualizadas e inovadoras. Para cada um destes pontos foram feitos comentários e foram propostas medidas de intervenção. A seguir fazemos uma referência a cada um desses pontos de diagnóstico de um problema que é de fundo.

### **1) Exiguidade de apoios educativos na faixa etária dos 0-3 anos**

Uma primeira questão ainda não resolvida é a da tutela dos apoios educativos na faixa etária dos 0-3 anos: ME ou o Ministério da Segurança Social ou os dois?

Uma segunda questão ainda não assumida é a do apoio exclusivo da família à criança recém-nascida e o respectivo apoio à família: até onde vai a licença de maternidade? Que tipos de apoio são proporcionados às famílias com dificuldades? Que apoio se dá às amas supervisionadas? Que apoio se dá às creches?

Uma terceira questão é o problema cultural, político e legal do valor social de cada criança: é um assunto privado de cada família ou a sociedade tem interesse em apoiar os pais na educação dos filhos, sobretudo numa Europa onde todas as sociedades estão envelhecidas e sem crianças em número suficiente para que se mantenha uma sociedade rejuvenescida? Qual o papel dos pais, das autarquias, das regiões e do Estado?

Do nascimento até aos 2 ou 3 anos as crianças precisam de cuidados personalizados por parte da família, que, por sua vez, precisa do apoio da comunidade, nos aspectos financeiro, de saúde e educativo.

## **2) Desarticulação entre pré-escolar e 1.º CEB**

A cobertura de educação das crianças de 3, 4 e 5 anos até à entrada na escola primária cresceu muito em Portugal nos últimos anos, mas estes níveis ainda são inferiores à média dos países de UE. A [Constituição da República Portuguesa](#) (art. 74º-3.a,b) prevê que o Estado assegure o ensino básico universal, obrigatório e gratuito, crie um sistema público e desenvolva o sistema geral de educação pré-escolar. No entanto, em Portugal, há duas interpretações deste artigo da Constituição: uma na Região Autónoma da Madeira e outra no resto do país.

O sistema público de educação pré-escolar, previsto na Constituição, parece estar a ser deixado, no «Continente» português, para o sector privado e as IPSS, o que aumenta a desarticulação com a escolaridade obrigatória, quando aqueles não dão seguimento no ensino básico. As orientações curriculares para a educação pré-escolar e os programas para o 1.º CEB não são suficientes para garantirem a articulação entre os dois níveis. Terá de se alargar a escolaridade obrigatória incluindo nesta a educação dos 3 aos 5 anos para se poder articular esta com o ensino básico obrigatório? Será a escolarização obrigatória uma condição necessária embora não suficiente? O 1.º e o 2.º CEB são ambos obrigatórios, o que não significa que a articulação entre os dois ciclos esteja garantida. Neste contexto, que peso tem a cultura que os professores desenvolveram nesses ciclos estanques? O primeiro passo necessário, embora não suficiente, parece consistir na criação de condições de continuidade entre a educação pré-escolar dos 3, 4 e 5 anos e o ensino básico (1.º ciclo) no mesmo estabelecimento educativo, para, a partir daí, se desenvolverem elos de continuidade entre os dois níveis. A dificuldade nesta continuidade deriva sobretudo por um nível ser considerado não obrigatório e o outro obrigatório.

A questão de fundo é, porém, a da concepção do que é a educação antes dos 6 anos de idade: – é uma pré-escolar facultativa, dependente sobretudo dos pais, antes da escolaridade obrigatória que começa aos 6 anos para aprender a ler, escrever e contar; – ou, numa perspectiva de educação ao longo da vida, é a primeira etapa que vai até aos 11/12 anos (educação básica), começando na família até aos 2 anos, dos 2 aos 4 anos é a fase de transição para a escola, e a partir dos 4 anos a educação na escola é para todos, podendo os pais escolher entre a escola a meio-tempo e a escola a tempo inteiro?

### 3) Tensão entre monodocência e monodocência coadjuvada no 1.º CEB

Embora reconhecendo-se vantagens na monodocência coadjuvada, reconhece-se também que este modelo não está a ser bem implementado e apresenta, por vezes, graus de desresponsabilização dos professores titulares e um número exagerado de professores de apoio. Funciona mais como ocupação dos tempos livres das crianças de escola a meio-tempo, assegurada por prestadores ocasionais de serviço sem qualificação adequada e condições de estabilidade, do que com uma lógica curricular integrada, diversificada e com opções sustentadas.

### 4) Desarticulação entre o 1.º e o 2.º CEB

Igual dispersão existe ao nível do 2.º CEB, ciclo que deve ser repensado numa lógica de maior aproximação ao 1.º CEB, a fim de evitar a ruptura existente, com graves consequências no sucesso educativo. A escolarização obrigatória pode ser condição necessária mas não suficiente para a articulação entre dois níveis educativos.

Em Espanha, até à [reforma de 1970](#) a escola primária era de 4 anos, [a partir daí](#) passou a ter 5 anos e os professores do ensino primário asseguraram esse nível de ensino (chamado educação básica). Uma geração depois, a [reforma de 1990](#) passou a educação básica (que voltou a ser chamada educação primária) de 5 para 6 anos e os professores do ensino primário asseguraram esse nível de ensino. E [hoje em Espanha](#) a educação primária é de 6 anos (dos 6 aos 11 anos). Este processo de prolongar a escolaridade primária de 4 para 5 anos demorou 20 anos e, quando estava consolidado, prolongou-se a escolaridade primária de 5 para 6 anos. É uma forma histórica, progressiva e paciente de realizar uma reforma profunda, sem dramas nem precipitações de tudo querer alterar em dois, três ou quatro anos. Uma vez integrados os 6 anos de educação primária, está a Espanha em condições de integrar, progressivamente como fez para o 5.º e 6.º anos, os 5, os 4 e os 3 anos de idade na educação básica.

### 5) Falta de identidade do 2.º CEB

Em Portugal em 1968 para aumentar a [escolaridade obrigatória de 4 para 6 anos](#) foram [fundidos](#) os dois anos das escolas técnicas elementares e os dois primeiros anos do liceu no ciclo preparatório do ensino secundário. Este nível de ensino de dois anos manteve uma identidade própria e apareceu como um nível intermédio entre o ensino primário e o ensino secundário; as professoras e os professores deste nível sentiam-se mais próximos dos colegas licenciados do ensino secundário do que dos professores do ensino primário que tinham apenas o ensino médio não universitário. Com a [Lei 46/86](#) os educadores de infância e os professores do 1.º e 2.º CEB passaram a ser formados ao nível de bacharelato. No início da década de 90 a “vaga” das EB 2 3 procurou criar o facto consumado que dificultasse a articulação entre o 1.º e o 2.º CEB. Com a alteração introduzida no art. 31.º pela [Lei 115/97](#) os

educadores de infância e os professores do ensino primário passaram a ser formados ao mesmo nível dos professores do ensino secundário. Com o [Dec.-Lei 43/2007](#) a formação de educadores e professores do 1.º e 2.º CEB faz-se com um tronco comum (licenciatura) e especializações ao nível de mestrado, o que poderá trazer uma nova cultura aos educadores e professores do ensino básico para serem capazes de conceberem e considerarem uma educação básica dos 2/3 aos 11/12 anos, outra condição necessária mas não suficiente para uma educação básica articulada, com menos quebras, rupturas e descontinuidades.

## 2- Evolução da educação básica a partir da Europa

Salvo raras exceções, entre elas a Esparta antiga, a educação das crianças pequenas tem estado ao cuidado da família natural e, quando esta não existia, aparecia quem tomasse conta delas como “criadas” ou “famílias de acolhimento” que as adoptavam como filhas, e noutros casos havia “refúgios”, “hospícios”, “asilos” para as crianças órfãs ou indesejadas. Eram soluções filantrópicas e de assistência pública.

Com a Revolução Industrial e a Revolução Francesa surgiu a função de guarda para permitir que as mães trabalhadoras pudessem passar o dia a trabalhar nas fábricas, surgindo as primeiras *Infant Schools* (1819) de Robert Owen (1771-1858) e depois as primeiras *Salles d'Asile Modèle* (1828) de Paris impulsionadas por *Denys Cochin* (1789-1841) e transformadas em *Écoles Maternelles* com «*garderie*» ([1881](#)) por Jules Ferry (1832-1893) como *estabelecimentos de instrução pública e laica* sob tutela do Estado e depois das câmaras municipais; as primeiras *Kleinkinderpfleganstalt* (1837) criadas por *Friedrich Froebel* (1782-1852) passaram a *Kindergarten* (1840) com uma função educativa pedagógica pré-escolarizante; a primeira *Casa dei bambini* (1907), criada por Maria Montessori (1870-1952), alia a função de guarda à função educativa e acrescenta a função socializadora, promocional e assistencial da interacção entre escola e família que deve concretizar-se na socialização da função da mãe em casa para que seja capaz de cuidar dos filhos física e moralmente. Foi esta a fase da institucionalização do atendimento extrafamiliar de crianças antes da escolaridade obrigatória, a que se tem chamado educação pré-escolar ou educação infantil. Desenvolvem-se assim diferentes funções para a educação infantil: função de guarda, função educativa e função de promoção social (Ferreira Gomes: 1977: 13-19 e [Ferreira, 2005](#): 83-119).

A construção da Europa tem sido acompanhada de uma melhoria das condições da educação, baseadas na investigação. O Conselho da Europa na [6ª Conferência Permanente dos Ministros Europeus da Educação](#) (Versalhes, 1969) recomendou a troca contínua de resultados de investigação e informação entre os Estados membros sobre a educação de infância e as suas relações com o ensino elementar e encorajou a aproximação comum de questões relacionadas com a formação de educadores de infância e a continuidade entre a educação pré-escolar e a escola primária. O Simpósio de Veneza (1971) chamara a atenção para a continuidade entre a educa-

ção pré-escolar e o ensino primário e o Simpósio de Leyde (1973) chamara mais uma vez a atenção para a “importância da continuidade e da coerência da acção educativa para um desenvolvimento harmonioso da criança”. Em 1975 realizou-se em Versalhes o simpósio “A continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino primário”, que analisou a transição da educação pré-escolar para o ensino primário, realizou a comparação das experiências feitas em alguns países onde o começo da escolaridade obrigatória se inicia em idade diferente, investigou os diferentes acessos perante uma harmonização dos métodos e estratégias pedagógicas empregues na educação pré-escolar e no ensino primário; e deu-se particular atenção ao “Projeto-piloto: A integração do ensino pré-primário e do ensino primário na Holanda”, tendo em vista a integração da escola pré-primária ou maternal (crianças dos 4 aos 6 anos) e da escola primária (dos 6 aos 12 anos) numa única e mesma escola básica dos 4 aos 12 anos, de modo a assegurar uma melhor continuidade no desenvolvimento de cada criança, tendo em consideração que é a maturidade real de cada criança, e não a sua idade, que deve determinar o seu grupo de referência, o que nada tem a ver com uma mera justaposição ou fusão da educação pré-escolar com o ensino primário. A segunda parte deste simpósio “A continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino primário, 2ª parte: a criação da continuidade” foi realizada em Bournemouth em 1977, onde se aprofundou: a flexibilidade da passagem da educação pré-escolar para o ensino primário; a maturação das crianças e o seu acesso à escolaridade obrigatória; a elaboração de currículos comuns e aplicáveis a estruturas escolares diferentes. Em 1976 realizara-se em Berlim o simpósio “A educação pré-escolar dos filhos dos imigrantes”. E em 1977 em Storlien realizou-se o simpósio “A educação pré-escolar nas regiões de fraca densidade populacional” (CoE, 1979: 11-232).

No Relatório de Síntese do projeto constata-se que a educação pré-escolar, nos diversos países europeus, apresenta diferenças consideráveis no que diz respeito: – ao início da escolaridade obrigatória (5, 6 ou 7 anos); – na percentagem de crianças que recebem uma educação pré-escolar antes de ingressar no ensino primário (percentagem que varia de 0,3% a 100%); – na formação inicial e contínua do pessoal docente encarregado da educação pré-escolar e do ensino primário; – no conteúdo dos programas e os métodos utilizados ao nível pré-escolar; – na responsabilidade pedagógica e administrativa; – nas dificuldades que levanta a língua da escola que, em muitos países e regiões, difere da língua do seio familiar. Constata igualmente que a própria terminologia não é igual em todos os países europeus. E recomenda aos governos presentes: – preparar a continuidade quaisquer que sejam as estruturas das escolas; – cuidar do desenvolvimento das crianças; – sensibilizar para a mudança de mentalidades, esclarecendo a comunidade sobre o papel dos educadores de infância e desenvolvendo estratégias que permitam eliminar julgamentos que sobrevalorizem o ensino primário em detrimento das actividades pré-escolares; – fazer convergir a formação inicial e contínua; – promover a continuidade, coerência e cooperação; – organizar um currículo comum para a educação pré-escolar e ensino primário; – criar um ambiente com recursos polivalentes; – prever salas que permi-

tam a constituição de grupos abertos em que as crianças podem movimentar-se consoante o seu nível de desenvolvimento em cada área e que sirvam para a realização de actividades diversificadas; – implementar medidas administrativas (confiando a um só ministério, ao Ministério da Educação, a responsabilidade da educação pré-escolar e do ensino primário; – promover investigação, informação e orientação (CoE, 1979: 235-238).

Em 1981, a 3 e 4 de Junho de 1981, em Lisboa, a 12ª sessão da Conferência Permanente dos Ministros Europeus da Educação do Conselho da Europa, subordinada ao tema “Statement on Education of the three to eight years-old” /”[Déclaration sur l'éducation des enfants de trois à huit ans](#)”/”Declaração sobre a educação das crianças dos três aos oito anos”, identifica alguns objectivos a ser alcançados pelos Estados-membros neste nível de educação.

O Projeto nº 8 do Conselho da Europa (1988), desenvolvido de 1982 a 1987, procura reforçar a continuidade entre a educação pré-escolar e o ensino básico para garantir que não se crie uma ruptura entre o antes (educação pré-escolar) e o depois (educação escolar), uma vez que estes dois níveis de educação são fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças «num processo contínuo dos 3-4 anos até aos 11-12 anos, num mesmo estabelecimento, com o mesmo pessoal, com a mesma formação» (CoE, 1988). Introduce-se uma opção clara por uma continuidade e integração na educação básica dos 3-4 anos até aos 11-12 anos, rompendo-se com o “modelo coerente e sequencial de educação infantil” dos 0 aos 6 anos (Meireles-Coelho; Ferreira, 2005: 586).

O [Relatório Delors \(1996\)](#) no que concerne à educação básica, advoga claramente: “É no seio da família, mas também e mais ainda, ao nível da educação básica (que inclui em especial os ensinos pré-primário e primário) que se forjam as atitudes perante a aprendizagem que durarão durante toda a vida: a chama da criatividade pode começar a brilhar ou, pelo contrário, extinguir-se; o acesso ao saber pode tornar-se, ou não, uma realidade... A educação básica para as crianças pode ser definida como uma educação inicial (formal ou não formal) que vai, em princípio, desde cerca dos três anos de idade até aos doze, ou menos um pouco. A educação básica é um indispensável «passaporte para a vida» que faz com que os que dela beneficiam possam escolher o que pretendem fazer, possam participar na construção do futuro colectivo e continuar a aprender” (Delors, 1996: 103-106).

O conceito de escolaridade obrigatória deixa de ser central para dar lugar ao conceito de educação básica para todos, dos 2/3 anos até aos 11/12 anos «num mesmo estabelecimento, com o mesmo pessoal, com a mesma formação», gratuita ou de custos tão baixos para as famílias que ninguém se visse confrontado com deixar de enviar os seus filhos para a educação básica por causa desses custos.

Em Inglaterra e no País de Gales a escolaridade obrigatória começa aos cinco anos. Os estabelecimentos para as crianças com idade inferior à idade escolar são da responsabilidade do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde. Existem muitas diferenças entre os sectores privados e público de atendimento às crianças



com menos de 5 anos no que concerne ao financiamento e formação do pessoal, variando também as taxas de cobertura (...). ([Bairrão e Tietze](#), 1995: 39).

Em França, a École Maternelle constitui uma parte do sistema educativo público para todas as crianças dos dois aos onze anos de idade e tem uma função educativa / pré-escolarizante ([Ferreira, 2005](#): 95).

Na Alemanha existem as Krippen (creches) e os Kindergarten (jardins de infância). Existem ainda alguns grupos etários mistos, nos quais são prestados serviços para as crianças entre os zero e os seis anos. ([Ferreira, 2005](#): 91).

Em Itália, existe apenas uma modalidade de educação disponível para as crianças dos três aos seis anos de idade, a Scuola Materna ou Scuola dell'Infanzia, tipicamente referida como pré-escolar. A Scuola Materna pode ser tutelada pelo Governo central, pelo Governo local ou regional, por outras organizações públicas ou por organizações religiosas ou privadas com fins lucrativos e têm uma função educativa ([Bairrão e Tietze](#), 1995: 41).

Em Portugal, a educação pré-escolar não é obrigatória. Existem diversos serviços pré-escolares para crianças desde os três meses, idade até à qual se presume que a criança está com a mãe. O ensino obrigatório inicia-se aos seis anos. (...) A responsabilidade pelos serviços pré-escolares está dividida por dois ministérios: Ministério do Emprego e Segurança Social e Ministério da Educação ([Bairrão e Tietze](#), 1995: 41). Cada Ministério tem objectivos e organizações diferentes. As instituições tuteladas pelo Ministério da Educação têm uma função mais pedagógica enquanto que as instituições tuteladas pelo Ministério dos Assuntos Sociais e Solidariedade têm uma função socializadora, de guarda e de cuidados infantis.

### **3- A educação básica na Madeira**

Na Região Autónoma da Madeira as escolas do 1.º CEB, com salas de educação pré-escolar integradas, funcionam a tempo inteiro das 8h30 às 18h30: na pré-escolar cada turma é acompanhada por dois educadores, um de manhã e outro de tarde, e no 1.º CEB o professor curricular dá aulas de manhã (em princípio) e de tarde as actividades extracurriculares como Inglês, Informática, Desporto, Dança e Música são asseguradas por professores especializados. As crianças da educação pré-escolar e do 1.º CEB destas escolas, além de poderem frequentar a escola 10 horas por dia, usufruem de um almoço e dois lanches gratuitos por dia. Existem 55.000 alunos, 7.500 professores, 3.000 funcionários, 200 escolas, um orçamento corrente de 337 milhões de euros, com 267 milhões para despesas com pessoal, um rácio de um professor para nove alunos, uma despesa pública em educação que é considerada "não um gasto, mas um investimento".

No resto do país o Estado assegura a educação, mesmo a escolaridade obrigatória, a tempo parcial (5 horas diárias), e fornece a cada aluno um pacote de leite achocolatado por dia lectivo, deixando para as autarquias a gestão dos encargos



com as refeições e o complemento dos horários, chamado «complemento de apoio à família», orientado por monitores em situação de contrato precário.

Na Região Autónoma da Madeira estão garantidas as condições logísticas para uma articulação entre pré-escolar e 1.º CEB e integração de ambos na educação básica, a que fica a faltar o 2.º CEB. Na Madeira aplica-se a [Lei 5/97](#), que diz: «A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.» (art. 2.º) e «1. A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico... 2. A frequência da educação pré-escolar é facultativa, no reconhecimento de que cabe, primeiramente, à família a educação dos filhos, competindo, porém, ao Estado contribuir activamente para a universalização da oferta da educação pré-escolar...» (art. 3.º).

No resto do país o pagamento das actividades extracurriculares e das refeições pelos pais tem repercussão na própria rede escolar pelas escolhas que os pais podem fazer dos custos a pagar. A falta de condições logísticas integradas não favorece a articulação entre pré-escolar e 1.º CEB e integração de ambos na educação básica.

## Conclusão

A nível mundial, a Unesco, depois de ter proposto nos anos 70 do século passado um [ciclo elementar fundamental para todos dos 6 aos 14 anos](#), propõe desde a década de 90 uma educação básica «[desde cerca dos três anos de idade até aos doze, ou menos um pouco](#)», apontando-se para uma integração da educação pré-escolar e do ensino primário.

A nível europeu, sobretudo nas décadas de 70 e 80, foram feitas investigações por toda a Europa para prospectar coordenadas para a educação pré-escolar e ensino primário (dos 6/7 aos 11/12 anos), chegando-se à conclusão de que a escola básica era necessária para garantir que não se crie uma ruptura entre o antes (educação pré-escolar) e o depois (educação escolar), uma vez que estes dois níveis de educação são igualmente indispensáveis para o desenvolvimento integral das crianças «num processo contínuo dos 3-4 anos até aos 11-12 anos, num mesmo estabelecimento, com o mesmo pessoal, com a mesma formação».

Na Região Autónoma da Madeira, aplicando-se a [Constituição da República Portuguesa](#) (art. 74.º o ensino básico universal, obrigatório e gratuito, e um sistema público e o sistema geral de educação pré-escolar) e a [Lei 5/97](#) («A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida» e «destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico... competindo, porém, ao Estado contribuir activamente para a universalização da oferta da educação pré-escolar...»), considera-se o

investimento na educação básica (dos 3 aos 11/12 anos) a tempo inteiro como uma prioridade para o desenvolvimento humano da Região, a par do investimento em infraestruturas necessárias ao desenvolvimento económico.

O caso da Madeira mostra que não é necessário estender legalmente a escolaridade obrigatória desde mais cedo para se aumentar a frequência na educação pré-escolar.

Mas uma vez atingida a frequência de 100% na educação pré-escolar, como é o caso da França, põe-se o problema da articulação entre ambos os níveis e na integração de ambos na educação básica. Aos 6/7 anos de idade iniciam-se as crianças na leitura e na escrita, mas, numa sociedade globalizada onde tudo é comparado, é necessário garantir que as crianças falem bem a língua em que vão ser alfabetizadas e escolarizadas. Por isso se põe o problema de estender a escolaridade obrigatória desde mais cedo para garantir a todas as crianças as condições para desenvolverem as competências necessárias a uma iniciação à leitura e à escrita adequada às exigências que começam desde cedo também para as próprias crianças.

## Bibliografia

- Bairrão, Joaquim; Tietze, Wolfgang (1995). [A educação pré-escolar na União Europeia](#). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- CoE (1979). *Les grandes priorités de l'éducation préscolaire*. Strasbourg: Conseil de l'Europe, Ccc/Ec.
- CoE (1988). [Projeto n.º 8: A inovação na educação primária \(Relatório final\)](#). *Conclusões e Recomendações*, 61-75. Conselho da Europa, Conselho para a Cooperação Cultural (CDCC). Tradução de Carlos Meireles-Coelho. Aveiro: Universidade de Aveiro / [Project No. 8: Innovation in primary education \(Final report\)](#), *Conclusions and Recommendations*, 63-76. Strasbourg: Council of Europe, Council for Cultural Co-operation (CDCC) / [Project n° 8: L'innovation dans l'enseignement primaire \(Rapport final\)](#), *Conclusions et Recommendations*, 61-75. Strasbourg: Conseil de l'Europe, Conseil de la coopération culturelle (CDCC).
- Delors, Jacques; *et al.* (1996a). [Learning: the treasure within](#). Report to Unesco of the International Commission on Education for the Twenty-first Century. Paris: Unesco / [Educação: um tesouro a descobrir](#). Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Paris: Unesco. Rio Tinto: Asa, 1996b.
- Faure, Edgar; Commission Internationale sur le Développement de l'Education (1972<sub>a</sub>). [Learning to be](#). Paris: Unesco. / [Apprendre à être](#). Paris: Unesco, Fayard, 1972<sub>b</sub>. / Aprender a ser. Lisboa – S. Paulo: Bertrand, Dif. Ed. do Livro, 1974.

- Ferreira, Ana Bela Lopes (2005). [\*Funções da Educação de Infância: evolução de conceitos e práticas\*](#). Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação: Análise Social e Administração Escolar. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Formosinho, João (1997). O contexto organizacional da expansão da educação pré-escolar. *Inovação*, 10, n.º 1. Lisboa: IIE.
- Gomes, J. Ferreira (1977). *A educação infantil em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Meireles-Coelho, Carlos (1989). [\*Para uma implementação curricular na educação pré-escolar em Portugal\*](#). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Meireles-Coelho, Carlos; Ferreira, Ana Bela (2005). [\*Educação de infância: primeira etapa da educação básica\*](#). Org. Pequito, Paula; Pinheiro, Ana / Escola Superior de Educação Paula Frassinetti. *CIANEI: Actas do 1.º congresso internacional de aprendizagem na educação de infância*. 17, 18, 19 novembro de 2005. Porto: Gailivro, 583 a 589. ISBN: 989-557-257-3.
- Mialaret, Gaston (1975). [\*L'éducation préscolaire dans le monde\*](#). Paris: Unesco / *A educação pré-escolar no mundo*. Lisboa: Moraes, 1976.
- Nabuco, Maria Emília (1992). Transição do pré-escolar para o ensino básico. *Inovação*. Revista do IIE, vol. 5, n.º 1.
- Neves, Maria de Fátima (1999). *Continuidade e rupturas na educação básica: o caso português (a Escola do Senhor da Serra e a ESE de Viseu)*. Tese de doutoramento em Ciências da Educação. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- PT (2000). [\*A educação pré-escolar e os cuidados para a infância em Portugal: Relatório preparatório e Estudo Temático da OCDE / Early Childhood Education and Care Policy in Portugal: Background Report and OECD Country Note\*](#). Lisboa: Ministério da Educação, Dep. da Educação Básica.
- Rasmussen, Poul Nyrup; Delors, Jacques (2007). [\*The New Social Europe\*](#). Brussels: Party of European Socialists. / *La nouvelle Europe sociale*. Bruxelles: Parti Socialiste Européen. ISSN 1783-8959.